

**LEI Nº 14.082, DE 16 DE JANEIRO DE 2008. DOE DE 31/01/2008**

*Unifica as Perícias Médicas do Estado do Ceará e dá outras providências.*

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ.** Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica reestruturada a Perícia Médica dos servidores civis e dos militares do Estado do Ceará composta dos médicos e médicos militares, no âmbito da Secretaria do Planejamento e Gestão, para exercício das atividades em todo o Estado do Ceará.

**Art. 2º** Fica criada a Coordenadoria de Perícia Médica, na estrutura da Secretaria do Planejamento e Gestão, conforme previsto no art. 37 da Lei nº 13.875, de 7 de fevereiro de 2007, para atender aos servidores civis e aos militares, obedecendo às normas contidas em regulamento.

**Art. 3º** Compete à Coordenadoria de Perícia Médica, as atividades médico-periciais inerentes ao Sistema Único de Previdência Social dos Servidores Públicos Civis e Militares, dos Agentes Públicos e dos Membros do Poder do Estado do Ceará - SUPSEC, Regime Próprio de Previdência Social de que trata a Lei Complementar nº 12, de 23 de junho de 1999.

**Art. 4º** Compete à Coordenadoria de Perícia Médica realizar perícia para fins de:

**I** - no caso de servidores civis e dos militares do Estado do Ceará:

- a) avaliar capacidade laborativa;
- b) concessão de licença tratamento de saúde;
- c) concessão de licença por doença em pessoa da família;
- d) licença gestante;
- e) readaptação;
- f) reabilitação profissional;
- g) aposentadoria por invalidez;
- h) reforma por invalidez;
- i) reversão;
- j) isenção de imposto de renda;
- k) promoção e cursos dos militares;
- l) aptidão para exclusão;
- m) isenção de previdência;
- n) resgate de seguros; e
- o) outros definidos em lei;

**II** - no caso de dependentes dos servidores civis e dos militares do Estado do Ceará:

- a) comprovação de invalidez dos dependentes, conforme regulamento;

**III** - no caso dos demais cidadãos:

- a) ingresso no serviço público;
- b) interdição;

c) curatela;

d) imposto de renda;

e) servidores públicos, civis ou militares, pertencentes aos quadros de ente da federação, quando em trânsito pelo Estado do Ceará.

**§ 1º** A definição dos exames necessários para comprovação da aptidão física e mental do candidato aprovado em concurso públicos e convocado para ingresso no serviço público, a que se refere a alínea “a”, inciso III, deste artigo, ficará a critério da perícia médica e constará do edital regulamentar de cada concurso.

**§ 2º** O prazo de concessão, prorrogação e interstício para concessão de nova licença, serão definidos em regulamento próprio.

**Art. 5º** As perícias serão realizadas, sempre, quando se tratar de servidor civil, por junta composta de 2 (dois) médicos com atividade pericial e, em caso de militar, a junta será composta por 3 (três) médicos com atividade pericial.

**Art. 6º** Às decisões das juntas caberá recurso para a junta recursal, a qual será composta de duas ou mais Câmaras, mediante iniciativa do coordenador da perícia médica, constituída por 3 (três) médicos com atividade pericial, e indicados pela Coordenadoria da Perícia Médica de que trata esta Lei, para reavaliar as decisões periciais, conforme regulamento.

**Parágrafo único.** Ao se tratar de perícia em servidor civil, cujas manifestações dos profissionais que compõem a junta sejam conflitantes entre si, será o laudo automaticamente submetido à junta recursal prevista no caput deste artigo.

**Art. 7º** A junta pericial, por intermédio de seu coordenador, poderá requisitar exames complementares e pareceres especializados para subsidiar na elaboração de laudos periciais.

**Parágrafo único.** Os exames eventualmente necessários para a realização da perícia médica serão de responsabilidade do interessado.

**Art. 8º** Enquanto não instituída a unidade gestora do Sistema Único de Previdência Social dos Servidores Públicos Civis e Militares, dos Agentes Públicos e dos Membros do Poder do Estado do Ceará – SUPSEC, a perícia médica, de que trata esta Lei, será realizada por médicos da Secretaria da Saúde – SESA, Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará – ISSEC, e médicos militares do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará e da Polícia Militar do Ceará para o preenchimento de 20 (vinte) vagas, sendo 2 (duas) de peritos militar do Corpo de Bombeiros e 3 (três) da Polícia Militar do Ceará, mediante cessão e submetidos à seleção, cujas regras serão estabelecidas em regulamento.

**Art. 9º** Fica instituída a Gratificação de Atividade Médico Pericial – GAMP, no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) atribuída quando no exercício da atividade médico pericial, junto à Coordenadoria de Perícia Médica da estrutura organizacional da Secretaria do Planejamento e Gestão.

**Parágrafo único.** O médico selecionado e cedido fará jus à Gratificação de Atividade Médico Pericial – GAMP, no valor acima fixado, e em razão do seu caráter temporário não se incorporará aos proventos de aposentadoria, nem se prestará como base de cálculo para outra gratificação.

**Art. 10.** Os médicos militares de que trata o art. 8º, após aprovação na seleção, serão cedidos por suas corporações, para compor a equipe de peritos por um período não inferior a 3 (três) anos, podendo ser renovado por iguais períodos sucessivos.

**Parágrafo único.** O médico militar independentemente do posto fará jus à gratificação na forma prevista no art. 9º desta Lei.

**Art. 11.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 12.** Ficam revogadas as disposições em contrário.

**PALÁCIO IRACEMA, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ,** em Fortaleza, 16 de janeiro de 2008.

**Francisco José Pinheiro**

**GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ EM EXERCÍCIO**